

CONFLITO, ORDENAÇÃO E MOVIMENTO: A DINÂMICA DA CIDADE EM MAQUIAVEL

CONFLICT, ORDER AND MOVEMENT: THE CITY'S DYNAMICS IN MACHIAVELLI

Ricardo Polidoro Mendes¹

Universidade de São Paulo, Brasil

Università degli Studi di Milano-Bicocca, Itália

Resumo

No segundo capítulo do primeiro livro de seus *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, para compreender a dinâmica de reordenação de Roma, Maquiavel retoma algumas passagens do livro VI das *Histórias* de Políbio nas quais o historiador romano trata das formas de governo, do ciclo pelo qual estas se transformam e do regime misto, a constituição que traz estabilidade e firmeza para a cidade. Entretanto, a referência a Políbio por parte de Maquiavel é estratégica, pois o florentino não pretende endossar as posições do historiador romano, mas tomá-lo como ponto de partida a fim de elaborar seu próprio discurso, o qual se centra na relação entre conflito e ordenação e na ação dos sujeitos envolvidos nessa desunião: o povo e os grandes. Assim, pretendemos retomar os primeiros capítulos do primeiro livro dos *Discursos* de Maquiavel, bem como algumas passagens do livro VI das *Histórias* de Políbio, para mostrar em que medida o florentino se distancia de Políbio a respeito da ordenação e de suas transformações.

Palavras-chave

Maquiavel. Políbio. Movimento. Conflito. Acontecimentos.

¹ Doutorando, Universidade de São Paulo / Università degli Studi di Milano-Bicocca. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8567-7886>. Email: ricardo.polidoro.mendes@usp.br.

Abstract

In the second chapter of the first book of his *Discourses on Livy*, in order to understand the dynamics of Rome's reorganization, Machiavelli revisits passages from book VI of Polybius' *Histories* in which the roman historian discusses the constitutions of cities, the cycle through which they transform, and the mixed regime, the constitution that brings stability to the city. However, Machiavelli's reference to Polybius is strategic because the florentine does not intend to endorse the roman historian's positions, but rather to use him as a starting point for his reflection to develop his own discourse on the relationship between conflict and order, and on the action of the people as subjects who, in accordance with their desire not to be dominated, reorder the city according to freedom. Thus, in this text, we intend to revisit the first chapters of the first book of Machiavelli's *Discourses* and some passages from book VI of Polybius' *Histories*, to show how the Florentine takes distance from Polybius with regard to the ordering of the City and social and political experience.

Keywords

Machiavelli. Polybius. Movement. Conflict. Accidents.

Introdução

Em seus *Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio* (2007a)² Maquiavel se volta à *História de Roma*, de Tito Lívio, com o objetivo de articular o saber das histórias com o dos acontecimentos de seu presente para apreender o conhecimento da política. Nesse intento, além da obra do historiador romano, o florentino aborda também o pensamento de outros autores contemporâneos a ele e também antigos, como, por exemplo, no segundo capítulo do primeiro livro, quando ele retoma quase literalmente trechos do livro VI das *Histórias* (1977) de Políbio a respeito da teoria das formas de governo, do ciclo de regimes e do regime misto.

² Doravante referidos como *Discursos*. Quando nos referirmos aos capítulos desta obra, colocaremos o número do livro em algarismos romanos seguido do número do capítulo em números indo-arábicos.

Esses elementos, porém, são retomados criticamente por Maquiavel, pois ele rejeita as teses de Políbio, sobretudo a temporalidade circular do ciclo e também a solução do regime misto como forma de estabilizar as transformações da cidade. Com efeito, ao lançar luz sobre os acontecimentos que transformam a cidade, o florentino mostra que o conflito entre povo e grandes ordena a experiência dos sujeitos e, portanto, a própria cidade, de modo que esse conflito e o movimento não são defeitos a serem extirpados pelo regime misto, mas elementos constituintes da política. Logo, a cidade se ordena segundo a ação dos sujeitos envolvidos na desunião e segundo os desejos deles, que podem ocasionar a liberdade ou a dominação.

Assim, para mostrar a elaboração do discurso maquiaveliano a respeito da ordenação da cidade segundo o conflito e os acontecimentos, em nossa segunda seção, nos dirigimos ao capítulo I, 2 dos *Discursos* para retratar a investigação de Maquiavel a respeito da ordenação da cidade e compreender como ele retoma passagens do livro VI das *Histórias* de Políbio acerca da teoria das formas de governo, do ciclo de transformação de regimes e do regime misto. Em seguida, na terceira seção, continuamos a leitura do capítulo I, 2 dos *Discursos* para mostrar como Maquiavel rejeita o ciclo polibiano e sua temporalidade circular em prol dos acontecimentos e da relação entre ordenação e conflito, tema que o florentino discorre no capítulo I, 4. Depois, na quarta seção, nos dirigimos aos capítulos I, 5 e I, 6 para examinar os humores do povo e dos grandes, os sujeitos envolvidos no conflito, a fim de compreender como a ação deles ordena a cidade segundo seus desejos, os quais subjazem a formas distintas de ordenação e de cidade, a saber, cidades que paralisam o conflito e se imobilizam, e cidades que se abrem a ele e ao movimento das coisas do mundo. Por fim, na conclusão, retomamos os pontos centrais de nosso texto para mostrar como Maquiavel incorpora os acontecimentos, o conflito e o povo como elementos centrais de seu discurso e da política.

A ordenação da cidade e as formas de governo

No segundo capítulo do primeiro livro de seus *Discursos*, Maquiavel decide tratar dos tipos de república e suas ordenações a fim de investigar de que tipo foi a República Romana, como ele anuncia no título deste capítulo: “De quantas espécies são as repúblicas e de que espécie foi a república romana”. Nesse intento, no início do capítulo, Maquiavel estabelece alguns critérios e distinções de sua investigação, pois, segundo ele: “quero deixar de lado os comentários sobre as cidades que *nasceram submetidas a outros*; falarei das que *nasceram distantes de todo tipo de servidão externa*, mas logo *se governaram por seu próprio arbítrio*, seja como *repúblicas*, seja como *principados*” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 12, grifos nossos). O primeiro critério do autor, portanto, é a liberdade, pois ele investigará apenas as cidades livres, sejam elas repúblicas ou principados, o que pode parecer estranho em um primeiro momento, pois, no título do capítulo, o florentino anunciou que trataria de repúblicas, enquanto, aqui, ele assinala que tratará também de principados. Entretanto, esse estranhamento se desfaz se nos atentarmos ao critério da origem livre, pois uma cidade que nasceu livre, seja uma república ou um principado, se governa por si própria desde seu nascimento, sem um jugo externo que lhe imponha leis e ordenações, e, portanto, ainda que o objetivo de Maquiavel seja investigar a República Romana, o exame de principados pode iluminar a dinâmica própria da política, a qual permeia tanto repúblicas quanto principados.

Nesses termos, o segundo critério estabelecido por Maquiavel também pode abranger principados e repúblicas, pois ela diz respeito à fundação e ao modo pelo qual a cidade se ordena. Segundo o florentino, algumas cidades

receberam leis, *em seu princípio ou depois de não muito tempo, de um só homem e de uma só vez* – como as leis que foram ditadas por Licurgo aos espartanos – e outras as receberam *ao acaso e segundo os acontecimento*, como ocorreu em Roma. Assim, pode considerar-se *feliz* a república a qual caiba por sorte um homem tão *prudente* que lhe dê leis de tal modo ordenadas que seja

possível viver com segurança sob tais leis, sem precisar corrigi-las. E vê-se que Esparta as observou por mais de oitocentos anos sem as corromper ou sem nenhum tumulto perigoso (MAQUIAVEL, 2007a, pp. 12-3, grifos nossos).

Algumas cidades receberam suas leis ou em seu princípio ou logo depois, e de uma só vez, como Esparta, ordenada por Licurgo. Esta cidade, então, foi feliz porque logo em seu início ela encontrou um legislador prudente que lhe ordenou as leis de forma tão perfeita que ela pôde se manter em segurança por mais de oitocentos anos sem necessidade de se corrigir, ou seja, sem ordenar novas leis, e também sem tumultos. Por outro lado, as cidades que não tiveram a sorte de encontrar um legislador prudente que lhes ordenasse perfeitamente em seus princípios precisaram se reordenar ao longo do tempo segundo os acontecimentos, e nessa medida, pode-se dizer que elas são infelizes porque, segundo Maquiavel,

é em certo grau infeliz a cidade que, não tendo encontrado um ordenador prudente, precisou reordenar-se por si mesma. E destas é ainda mais infeliz aquela que se encontra mais afastada da ordem; e mais afastada se encontra aquela que, com suas ordenações, está de todo fora do caminho reto que a possa conduzir ao fim perfeito e verdadeiro (MAQUIAVEL, 2007a, p. 13, grifos nossos).

A cidade que não encontra um fundador sábio e prudente é infeliz porque seu princípio não foi ordenado da melhor maneira, ou seja, ele é imperfeito e incompleto, e portanto, ela precisa se reordenar por si própria ao longo do tempo. Nesses termos, há graus de fundação e de perfeição, pois existem cidades que não tiveram uma fundação perfeita, mas que podem se reordenar, ao passo que outras estão completamente afastadas do caminho reto que conduz à perfeição. Assim, a fundação parece definir a sorte de uma república, pois, se sua fundação é absolutamente imperfeita, ela dificilmente poderá se reordenar, enquanto aquelas que

se pelo menos têm um princípio bom, passível de melhorar, *podem vir a tornar-se perfeitas graças a algum acontecimento*. Mas é bem verdade que nunca se ordenarão sem *perigo*; porque os homens, *em grande número, nunca anuem a uma lei nova que tenha em vista uma nova ordem na cidade, a não ser que lhes seja mostrado, por alguma necessidade, que é preciso fazê-lo*; e como tal *necessidade* não pode apresentar-se sem *perigo*, *é fácil que a república se arruíne antes de ser conduzida a uma ordem perfeita* (MAQUIAVEL, 2007a, p. 13, grifos nossos).

Se a cidade tem um princípio bom e passível de melhora, ela pode se reordenar ao longo do tempo, porém, essa reordenação representa um risco para a cidade, visto que a maior parte dos cidadãos não aceita uma nova ordenação na cidade a não ser que uma necessidade lhes mostre que é preciso fazê-lo, e como as necessidades sempre se apresentam com perigo, é fácil que a cidade se arruíne antes que consiga se reordenar. A reordenação, portanto, é uma via possível, mas perigosa, uma vez que essa transformação ocorre por uma necessidade que revela a insuficiência da ordenação da cidade e envolve um perigo que pode destruí-la. Logo, os acontecimentos, bem como a reordenação, envolvem riscos para a cidade e podem levá-la à ruína.

Assim, no início deste capítulo, Esparta se apresenta como um modelo de cidade, e Licurgo, como um exemplo de ordenador, pois a ação dele ordenou um estado perfeito que se manteve por muito tempo sem corrupção e sem perigos, de modo que, contrariamente ao perigo dos acontecimentos e da reordenação, o modelo espartano revela a estabilidade e a longevidade da forma política perfeita.

A República Romana, porém, não foi como Esparta, pois ela se reordenou ao longo do tempo, e por isso, Maquiavel decide examinar as diferentes formas de governo e as mudanças pelas quais elas passam para compreender a dinâmica da reordenação romana. Nesse intento, o florentino retoma diversas passagens do livro VI das *Histórias* de Políbio – de forma quase literal – nas quais o historiador romano escreve sobre as constituições das cidades, e de Roma e Esparta, em especial.

Segundo Políbio (1977, pp. 71-2), alguns autores dizem que existem três tipos de constituição, a saber, a realeza, a aristocracia e a democracia, porém, ele acredita que existem seis, sendo as outras três a tirania, a oligarquia e a oclocracia, formas corrompidas derivadas das três primeiras.³ As formas políticas, então, se distinguem pelo número de governantes e pela finalidade, pois na monarquia e na tirania apenas um governa, enquanto na aristocracia e na oligarquia alguns detêm o governo, e na democracia e na oclocracia o governo é partilhado por todos; e a monarquia, a aristocracia e a democracia governam segundo o bem comum, ao passo que na tirania, na oligarquia e na oclocracia os governantes governam em vista do seu próprio bem. Nesse sentido, essas formas não são fechadas em si mesmas, mas se relacionam por suas semelhanças, pois, segundo Políbio,

a primeira a se formar, por um processo *espontâneo e natural*, é a monarquia; dela se segue a realeza, que nasce dela por um processo de organização e aperfeiçoamento. A realeza se transforma na forma degenerada *que lhe é vinculada por natureza*, isto é, a tirania; e a queda deste regime engendra, por sua vez, a aristocracia. Depois, *quando a natureza fez esta degenerar* em oligarquia, e quando a massa encolerizada puniu seus dirigentes, nasce, então, o regime popular. Depois, enfim, os excessos e as ilegalidades deste regime produzem, com o tempo, *para completar a série*, a oclocracia⁴ (POLYBE, 1977, p. 72, grifos nossos).

³ Maquiavel segue essa tipologia das formas de regime de Políbio, porém denomina a monarquia de principado, a aristocracia, de regime de optimates, a democracia, de regime popular, a oligarquia, de regime de poucos, e a oclocracia, de regime licencioso (MAQUIAVEL, 2007a, p. 14).

⁴ Todas as traduções de Políbio são de nossa responsabilidade, por isso reproduziremos em nota os trechos em francês da edição das *Histórias* que tomamos como referência. “La première à se former, par un processus spontané et naturel, est la monarchie ; elle est suivie par la royauté, qui naît d’elle par un processus d’aménagement et de perfectionnement. La royauté se change en la forme mauvaise qui lui est liée par nature, c’est-à-dire en tyrannie ; et la chute de ce régime engendre à son tour l’aristocratie. Puis, quand la nature a fait dégénérer celle-ci en oligarchie, et quand la masse en colère a puni les crimes des dirigeants, alors naît le régime populaire. Puis enfin, les excès et les illégalités de ce régime produisent avec le temps, pour compléter la série, l’ochlocratie”. Maquiavel (2007a, p. 14) descreve esse ciclo de forma resumida e também de forma mais detalhada (MAQUIAVEL, 2007a, pp. 14-7), seguindo uma descrição também mais

A primeira constituição a se formar por um processo natural é a realza, que passa, em seguida, à monarquia, e esta, por sua vez, se degenera e passa à forma que se vincula a ela por natureza, ou seja, à tirania, e desta se passam às outras constituições em uma alternância de formas retas e corrompidas até se retornar à realza. Esses regimes, portanto, são instáveis e passam de um a outro naturalmente porque, escreve Políbio:

cada constituição tem um *vício* que, *por natureza, nasce nela e a acompanha*: para a realza, é a tendência chamada monárquica, para a aristocracia, a oligarquia, para a democracia, a tendência à selvageria e à força bruta; e é neste sentido que, inevitavelmente, os sistemas em questão se transformam com o tempo⁵ (POLYBE, 1977, pp. 80-1, grifos nossos).

Os regimes retos, então, se corrompem porque eles possuem um vício que nasce neles e os degenera na forma corrompida correspondente, ou seja, na forma corrompida que possui o mesmo número de governantes. Nessa medida, a transformação dos regimes é um processo natural que não pode ser impedido porque cada forma reta possui em si o germe que a leva à corrupção, como afirma Maquiavel: “se um ordenador de república ordena um desses três estados numa cidade, *o ordena por pouco tempo*, pois nada poderá impedir que *resvale para o seu contrário, pela semelhança que têm neste caso a virtude [virtute] e o vício*” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 14, grifos nossos). Logo, a forma reta se corrompe porque aquilo que era sua virtude, ou seja, a conduta dos governantes, se degenera e se torna vício, pois os governantes passam a se conduzir segundo seu próprio bem, e não segundo o bem comum. Assim, esses regimes são instáveis e se sucedem naturalmente em um ciclo, a *anacyclosis*, como escreve Políbio:

detalhada de Políbio (1977, pp. 73-9). Não reproduziremos as descrições pormenorizadas do ciclo feita pelos autores porque nosso intuito é apenas salientar a instabilidade das formas simples e a temporalidade circular que essas formas perfazem.

⁵ “Chaque constitution a un vice qui, par nature, naît en elle et l’accompagne : pour la royauté, c’est la tendance dite monarchique, pour l’aristocratie, l’oligarchie, pour la démocratie, la tendance à la sauvagerie et à la force brutale ; et c’est en ce sens-là qu’inévitablement les systèmes en question se transforment avec les temps”.

aí está o ciclo completo dos regimes, aí está *a ordem natural*, em função da qual *os sistemas políticos mudam e se transformam até retornar a seu estado inicial*. Quando se compreende bem isto, sem dúvidas alguém pode cometer erros de data ao falar do futuro de um regime, mas raramente se errará acerca *do grau de desenvolvimento ou de decadência que atingiu cada regime ou sobre seu ponto futuro de transformação*⁶ (POLYBE, 1977, p. 79-80).

Logo, a transformação dos regimes segue uma ordem natural e necessária porque cada forma carrega em si o germe da mudança e, portanto, se degenera na forma corrompida que lhe corresponde, e depois surge outra forma reta, que também se corrompe segundo a ordem do ciclo. A *anacyclosis*, então, fornece a dinâmica de movimento e de transformação dos regimes em uma ordem natural e necessária, pela qual se pode compreender os graus de grandeza ou de corrupção de cada regime, bem como seu desenrolar futuro, visto que ele está inscrito na dinâmica do ciclo.

Entretanto, essa transformação de regimes se revela problemática porque essas formas de governo são instáveis e breves, ou seja, elas não duram e ainda perpassam constituições corrompidas que trazem prejuízos à cidade porque os governantes têm em vista seu próprio bem e não a coletividade. Assim, diante dessa instabilidade e brevidade, Políbio assinala que a solução é ordenar uma constituição que misture as qualidades das três formas retas, como fez Licurgo em Esparta:

Licurgo, portanto, que tinha previsto isto, fez uma constituição que não era *simples e homogênea*: *ele reuniu nela ao mesmo tempo todas as qualidades e as particularidades dos melhores regimes*, para que nenhum elemento pudesse *tomar uma importância desmesurada e desviar em direção aos vícios* que lhe eram

⁶ “Voilà le cycle complet des régimes, voilà l'ordre naturel, en fonction de quoi les systèmes politiques changent et se transforment jusqu'à revenir à leur état initial. Quand on a bien compris cela, il se pourra sans doute qu'on commette des erreurs de date en parlant de l'avenir d'un régime, mais on se trompera rarement sur le degré de développement ou de décadence qu'a atteint chaque régime ou sur son futur point de transformation, à condition d'émettre un jugement dépourvu d'animosité ou de jalousie”.

naturalmente inerentes; ao contrário, com a ação de cada uma sendo contrabalanceada pelas outras, nenhuma dentre elas penderia para nenhum lado e não criaria um grande desequilíbrio; o regime permaneceria por muito tempo equilibrado por um jogo de contrapesos, segundo o princípio, aplicado em todas as circunstâncias, da compensação; a realeza seria preservada da arrogância pelo seu medo do povo, que teria recebido ele também uma parte suficiente no regime, e o povo, por sua vez, não ousaria desprezar os reis por medo dos membros da Gerúsia que, selecionados em função do mérito, se manteriam todos, sempre, ao lado da justiça; assim, toda vez, o elemento que fosse desfavorecido por sua fidelidade às tradições, ganharia em importância e em peso pelo auxílio dos membros da Gerúsia que fariam pender a balança⁷ (POLYBE, 1977, p. 81).

Licurgo sabia dos inconvenientes das formas simples de governo, por isso ele misturou as qualidades e particularidades das formas retas em uma constituição mista, pois, assim, cada elemento poderia balancear os outros sem que um se sobrepusesse a todos. O regime misto, então, estabelece um equilíbrio e uma estabilidade na cidade, visto que cada elemento vigia o outro e impede que ele recaia em seu vício natural. Com efeito, em Esparta, os reis não recaíam na arrogância por medo do povo, enquanto este não incorria no desprezo aos reis por medo dos membros da Gerúsia, os quais, selecionados pelo mérito, se guiavam pela justiça e se mantinham sempre ao lado da parte justa. Logo, Esparta alcançou o equilíbrio e a perfeição porque a autoridade política era repartida entre as

⁷ “Lycurgue donc, qui avait prévu cela, fit une constitution qui n’était pas simples et homogène : il y réunit à la fois toutes les qualités et les particularités des meilleures régimes, afin qu’aucun élément ne pût prendre une importance démesurée et dévier vers les vices qui lui était naturellement inhérents ; au contraire, l’action de chacun étant contrebalancée par les autres, aucun d’entre eux ne pencherait d’aucun côté et ne créerait de grand déséquilibre ; le régime resterait longtemps équilibré par un jeu de contrepoids, selon le principe, appliqué en toutes circonstances, de la compensation ; la royauté serait préservée de l’arrogance par sa peur du peuple, qui aurait reçu lui aussi une part suffisant dans le régime, et le peuple de son côté n’oserait pas mépriser les rois, par peur des gérontes qui, sélectionnés en fonction du mérite, se rangeraient tous et toujours du côté de la justice ; ainsi, à chaque fois, l’élément que sa fidélité aux traditions désavantagerait, gagnerait en importance et en poids par l’appoint des gérontes qui feraient pencher la balance”.

partes da cidade, de modo que nenhuma se sobrepunha às outras e nenhuma recaía nos vícios que lhe eram próprios, como Maquiavel afirma em no capítulo I, 2 de seus *Discursos*, pois, segundo o autor, Licurgo merece sumos louvores porque ele “ordenou de tal modo suas leis em Esparta que, dando aos reis, aos optimates e ao povo *suas devidas partes*, criou um estado que durou mais de oitocentos anos, com supremo louvor para si e sossego para aquela cidade” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 17, grifos nossos). Licurgo, então, estabeleceu uma ordenação perfeita em Esparta porque repartiu a autoridade pública na cidade segundo as três formas simples de governo e tornou a cidade mais estável e longa, visto que ela durou longo tempo e se manteve tranquila, isto é, não teve necessidade de se reordenar. O regime misto, portanto, mantém a cidade ao longo do tempo e cessa o movimento que a corrompe e os acontecimentos que podem colocá-la em risco, pois essa forma de governo promove o equilíbrio entre as partes da cidade e, por conseguinte, a estabilidade e a longevidade.

Dessa forma, Políbio e Maquiavel erigem Esparta como o modelo de república, visto que, graças à ordenação de Licurgo, um ordenador prudentíssimo, ela se manteve por longo tempo em equilíbrio, sem tumultos e sem a necessidade de se reordenar, ou seja, sem transformações que colocasse em risco sua vida.

Os acidentes e o conflito: a ruptura maquiaveliana

Ao retomar a teoria das formas de governo, do ciclo de transformação de regimes e do regime misto do discurso de Políbio, Maquiavel inicia sua investigação da dinâmica social, política, histórica e econômica da República Romana, pois, como ela se reordenou ao longo do tempo, é necessário examinar as diferentes formas de governo e das suas transformações. Entretanto, ao retomar Políbio, Maquiavel não pretende assentir às posições do historiador romano, mas partir delas para elaborar seu próprio discurso.

Com efeito, já no início da descrição do ciclo, Maquiavel parece refutar a premissa de que haja uma lei ou ordem naturais e necessárias na criação e sucessão de regimes porque, enquanto Políbio assinala que o

ciclo e as transformações de regimes são naturais, o florentino escreve que as formas de governo nascem ao *acaso*: “nascem tais variações de governos *ao acaso* entre os homens” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 14, grifos nossos). Esta referência ao acaso, à contingência, poderia ser episódica, porém ela não se reduz a este momento do texto, visto que, após descrever a transformação dos regimes simples segundo o ciclo polibiano, Maquiavel o descarta como forma de explicar as transformações dos regimes porque, escreve o florentino:

é esse o ciclo segundo o qual todas as repúblicas se governaram e governam, mas *raras vezes retornam aos mesmos governos*, porque quase nenhuma república pode ter *tanta vida* que consiga *passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé*. Mas muitas vezes ocorre que, passando uma república por tais *reveses* e faltando-lhe sempre *discernimento* e *forças*, acaba ela por se tornar *súdit*a de algum *estado próximo* que seja *mais bem-ordenado* que ela (MAQUIAVEL, 2007a, p. 17, grifos nossos).

Maquiavel, então, rejeita o ciclo polibiano porque a cidade não retorna aos mesmos estados de antes, visto que, após sucessivas mudanças de governo, ela se enfraquece e se torna serva de outra cidade vizinha que seja mais potente que ela. A cidade, portanto, não está ensimesmada em um ciclo ininterrupto pelo qual ela varia sozinha, pois ela se relaciona com outras e pode se tornar súdit das, pois essas constantes transformações a enfraquecem e corrompem sua vida. Logo, não há uma alternância circular entre formas retas e corrompidas, mas outra forma de temporalidade permeada pelos acontecimentos, como ilustra a reordenação de Roma.

Esta, como visto, Roma não teve uma fundação perfeita como Esparta, porém isso não a impediu de trilhar o caminho rumo à perfeição, pois, diz Maquiavel:

embora Roma não tivesse um Licurgo que no princípio a ordenasse de tal modo que lhe permitisse viver livre por longo tempo, *foram tantos os acontecimentos que nela surgiram, devido à desunião que havia entre a plebe e o senado, que aquilo que não fora*

feito por um ordenador foi feito pelo acaso. Porque, se Roma não teve a primeira fortuna, teve a segunda; pois se suas primeiras ordenações foram insuficientes, nem por isso a desviaram do bom caminho que a pudesse levar à perfeição. Porque Rômulo e todos os outros reis fizeram muitas e boas leis, ainda em conformidade com a vida livre: mas, como sua finalidade foi fundar um reino, e não uma república, quando aquela cidade se tornou livre, faltavam-lhe muitas coisas que cumpria ordenar em favor da liberdade, coisas que não haviam sido ordenadas por aqueles reis (MAQUIAVEL, 2007a, p. 18, grifos nossos).

Roma não teve a sorte de ter um ordenador excelente, mas ela teve um bom princípio porque seus primeiros reis ordenaram leis em favor da vida livre. Logo, embora tenha sido fundada como um principado, Roma teve um princípio livre, e leis e ordenações conforme a vida livre, o que a permitiu ter um bom princípio. A liberdade, portanto, é o critério da reta fundação, pois, se a cidade nasce sob o jugo de outra, ela está submetida às vontades desta, e se ela for fundada segundo o bem de privados, e não segundo o bem da coletividade, ela será serva do arbítrio de poucos. Nesses termos, compreendemos por que, no começo do capítulo, Maquiavel anuncia que tratará tanto de principados quanto de repúblicas, a saber, porque o critério da liberdade abrange essas duas ordenações, e porque a história romana passa pelas duas. Contudo, essas ordenações ainda guardam suas diferenças, como mostra a história de Roma, pois, como os reis romanos quiseram fundar um reino, quando a cidade expulsou os reis Tarquínios⁸, faltavam-lhe ainda ordenações em conformidade com a vida livre, isto é, ordenações de uma república. Assim, segundo os acontecimentos, Roma se reordenou e trilhou o caminho rumo à perfeição, como indica Maquiavel:

e foi-lhe tão favorável a fortuna que, embora se passasse do governo dos reis e dos optimates ao povo, por aquelas mesmas fases e pelas mesmas razões acima narradas, nunca se privou de autoridade o governo régio para dá-la aos optimates; e não se diminuiu de todo a

⁸ Maquiavel discorre sobre esses eventos no capítulo I, 3 dos Discursos. Cf. MAQUIAVEL, 2007a, p. 20).

autoridade dos optimates para dá-la ao povo; mas, permanecendo mista, constituiu-se uma república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado (MAQUIAVEL, 2007a, p. 19, grifos nossos).

Dessa forma, ao discorrer sobre as transformações de Roma, Maquiavel refuta o ciclo polibiano porque as mudanças da cidade não seguiram a lógica natural e necessária do ciclo. Pelo contrário, quando Roma se reordenou, a parte que conquistava autoridade não excluía as outras, de modo que ocorreu uma partilha progressiva da autoridade política pela qual, após se passar da monarquia à tirania quando os reis se corromperam, Roma se tornou uma república mista de monarquia e aristocracia, e por fim, uma república mista destas com a democracia. A cidade, então, se reordenou segundo os acontecimentos, os acidentes que lhe sobrevieram, e descreveu uma história singular, moldada pelo acaso e, portanto, pela ação de reordenação. Logo, os acontecimentos se tornam elemento de ordenação da cidade na ausência da fundação perfeita, ou seja, da ação de um legislador prudente e excelente.

Maquiavel, porém, não fala do *acaso* ou de *acontecimentos* em abstrato, mas nomeia esses acidentes: foi a desunião entre a plebe e o senado que reordenou Roma e a tornou perfeita. Assim, ao lançar luz sobre os conflitos como elemento de reordenação da cidade, o florentino começa a se distanciar definitivamente de Políbio, pois a dinâmica da política não dependerá apenas do ordenador prudente, ou mesmo do equilíbrio e da ideia de medida entre as partes, mas da desunião.

Essa questão será tratada por Maquiavel no capítulo I, 4, no qual ele se contrapõe a uma opinião comum que condenava os tumultos romanos. Com efeito, segundo o florentino, é *opinião de muitos* que “Roma foi uma república *tumultuária* e tão cheia de *confusão* que, se a *boa fortuna* e a *virtù militar* não tivessem *suprido a seus defeitos*, ela teria sido inferior a qualquer outra república” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 21, grifos da edição e nossos). Assim, para muitos, Roma era uma república desordenada porque era cheia de tumultos e confusões, ou seja, defeitos ocasionados pela incapacidade de sua ordenação em promover a ordem e a concórdia entre

os cidadãos. Nesse sentido, Roma teria se tornado grande apenas graças à boa sorte e ao exército, pois esses elementos remediaram os tumultos. Maquiavel, porém, recusa essa opinião porque, escreve ele: “não posso negar que a fortuna e a milícia foram *razões do império romano*, mas também me parece que quem diz tais coisas não se apercebe de que *onde há boa milícia é preciso que haja boa ordem, e raras são as vezes em que deixa de haver também boa fortuna*” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 21, grifos nossos). Maquiavel, então, inverte o raciocínio daqueles que consideravam Roma desordenada, pois a fortuna e o exército não eram causas primeiras da grandeza romana, mas efeitos de sua ordenação, o que permite ao florentino lançar nova luz sobre os tumultos da cidade, pois, diz Maquiavel:

direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar *as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma* e considerar mais *as assuadas e a grita* que de tais tumultos nasciam do que os *bons efeitos que eles geravam*; e não consideram que *em toda república há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles*, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma; porque dos Tarquínios aos Gracos, durante mais de trezentos anos, os tumultos em Roma raras vezes redundaram em exílio e raríssimas vezes em sangue (MAQUIAVEL, 2007a, pp. 21-2, grifos nossos).

Aqueles que condenam os tumultos romanos enxergam apenas sua superfície, isto é, as assuadas e a grita, e ignoram seus efeitos mais profundos e duradouros, pois, ao longo de mais de trezentos anos, os tumultos romanos raras vezes resultaram em efeitos perniciosos, a saber, no exílio ou no assassinato de algum cidadão. Antes, eles promoveram a liberdade romana, pois as leis em favor da vida livre nasceram dessa desunião. Além disso, aqueles que condenavam os tumultos não ignoram somente seus efeitos, mas também são cegos à própria dinâmica da política, visto que em toda cidade há dois humores distintos, o do povo e o dos grandes, de modo que o conflito não é um defeito a ser extirpado pela boa ordenação, mas a própria experiência política dos sujeitos que institui leis e ordenações na cidade.

Assim, Maquiavel desvela uma nova relação entre ordenação e conflito que não é a de uma oposição absoluta, pois toda cidade é atravessada pelo conflito, fraturada por dois desejos em disputa, o do povo e o dos grandes. A desunião, portanto, é a experiência social e política dos sujeitos que estrutura a própria ordenação, ou seja, que ordena a cidade. Nesse sentido, nenhuma ordenação pode eliminar o conflito, pois, segundo Lefort, “não nos contentemos já em dizer que há na desordem matéria para fundar uma ordem: não há ordem que possa se estabelecer sobre a eliminação da desordem, a não ser ao preço da degradação da lei e da liberdade” (LEFORT, 2023, p. 485). Ordenação e conflito, portanto, se relacionam, pois o conflito estrutura a ordenação por meio da instituição de leis e ordenações, e estas exprimem os desejos em conflito. Maquiavel, então, se distancia da teoria clássica do regime misto como forma política que mistura as três formas simples – monarquia, aristocracia e democracia – a fim de promover um equilíbrio institucional na cidade, em prol de uma concepção da cidade como fraturada por dois sujeitos atravessados por dois humores distintos. Nesses termos, a ordenação não é fruto da intervenção absoluta do ordenador, mas uma construção histórica que é fruto tanto da ação de legisladores como do povo e dos grandes.

É isto que Roma mostra. Com efeito, ao retomar a história da cidade e lançar luz sobre a relação entre conflito e ordenação, Maquiavel mostra a dinâmica política e histórica de criação de leis ao longo da história da cidade ao mesmo tempo em que afasta a ideia de que Roma fosse uma república desordenada e corrompida, pois, segundo ele, “não se pode ter razão para chamar de *não ordenada* uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos *nascem* da boa educação; a boa educação, das boas leis, e as boas leis, *dos tumultos que muitos condenam sem ponderar*” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 22, grifos da edição e nossos). Roma, portanto, não era desordenada pois os exemplos de *virtù* que havia na cidade nasciam da boa educação, esta nascia das leis, e estas, por fim, nasciam dos tumultos. Logo, os efeitos do conflito revelam a causa gerativa da ordenação, bem como da grandeza e da liberdade de Roma, e mostram que não havia consequências nocivas neles, ainda que o conflito se manifestasse de modo extraordinário, pois, escreve Maquiavel:

e se alguém dissesse: os modos eram *extraordinários*, quase *ferozes*, ver o povo junto a gritar contra o senado, o senado contra o povo, a correr em tumulto pelas ruas, a fechar o comércio, a sair toda a plebe de Roma, *são coisas que assustam quem as lê, e não poderia ser diferente; digo que toda cidade deve ter os seus modos para permitir que o povo desafogue sua ambição, sobretudo as cidades que queiram valer-se do povo nas coisas importantes*; a cidade de Roma, por exemplo, tinha este modo: *quando o povo queria obter uma nova lei, ou fazia alguma das coisas acima citadas, ou se negava a arrolar seu nome para ir à guerra, de tal modo que, para aplacá-lo, era preciso satisfazê-lo em alguma coisa. E os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo* (MAQUIAVEL, 2007a, pp. 22-3, grifos nossos).

Aqueles que leem sobre os tumultos podem se assustar, porém, novamente, isto seria enxergar apenas a superfície dos conflitos em vez de perceber sua dinâmica própria. Nesse sentido, Maquiavel afirma que os conflitos se expressavam por vias extraordinárias, ferozes, porém ele também assinala que esses modos são essenciais para as cidades que queiram se valer do povo nas coisas importantes, e que o desejo deste raras vezes é nocivo à liberdade, logo, à cidade. Assim, para o florentino, o extraordinário não se desvincula do ordinário, pois, embora sejam distintos, os modos extraordinários reordenam a república, e portanto, são parte da vida social e política. De fato, como salientamos, o conflito é elemento extraordinário, que pode se expressar sob leis e ordenações, mas que jamais pode ser subsumido a elas.

Nesses termos, é importante salientar como Maquiavel vincula a ação extraordinária ao povo e também afirma que seu desejo não é nocivo à liberdade, de modo que é necessário compreender o papel deste sujeito no conflito, bem como de seus antagonistas, ou seja, os grandes.

Povo e grandes: a guarda da liberdade e o movimento da cidade

Uma vez estabelecido que toda cidade é atravessada pelo conflito, Maquiavel passa a examinar os sujeitos envolvidos nessa desunião e seus respectivos humores, a saber, o povo e os grandes. Assim, ao longo dos próximos capítulos dos *Discursos*, o florentino examinará essa dinâmica conflitiva e seus efeitos para a cidade.

No capítulo I, 5, Maquiavel começa a investigar esse problema segundo a guarda da liberdade, uma magistratura fundamental para a cidade porque ela sustenta a ordenação, logo, a própria cidade. Como o autor assinala, todos que prudentemente ordenaram uma república constituíram essa guarda e

dependendo do modo que esta seja instituída, dura mais ou menos aquela vida livre. E, como em toda república há homens grandes e populares, não se sabe bem em que mãos é melhor depositar tal guarda. Entre os lacedemônios e, nos nossos tempos, entre os venezianos, ela foi posta nas mãos dos nobres; mas entre os romanos, foi posta nas mãos da plebe (MAQUIAVEL, 2007a, pp. 23-4, grifos nossos).

Como a guarda da liberdade é uma autoridade fundamental, é necessário investigar a quem é mais confiável outorgá-la: aos grandes ou ao povo. Segundo Maquiavel, primeiro, considerando a finalidade, se deveria dar essa guarda aos grandes, pois a liberdade de Esparta e Veneza foi mais longa que a de Roma, porém, considerando as razões, escreve o autor:

direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E sem dúvida, se considerarmos os objetivos dos nobres e o dos plebeus [ignobili], veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes (MAQUIAVEL, 2007a, p. 24, grifos da edição e nossos).

O povo deseja *não* ser dominado, um desejo negativo que recusa a dominação, ao passo que os grandes desejam dominar, um desejo positivo de conquista. Nesse sentido, os grandes têm maiores razões para usurpar a liberdade porque seu desejo os move à aquisição e à posse, logo, a submeter a república e o povo à opressão. O povo, por sua vez, na medida em que deseja não ser dominado, recusa a dominação dos grandes, portanto, recusa o lugar do poder pelo qual se pode exercer o domínio, por isso ele tem maior vontade de viver livres e, por conseguinte, se ele tiver a guarda da liberdade, não permitirá que outros a usurpem para oprimi-los, por isso os romanos parecem ter ótimas razões para ter outorgado à plebe a guarda da liberdade.

Assim, a noção de regime misto parece se esvanecer no discurso maquiaveliano em prol do conflito entre os dois humores. Com efeito, Maquiavel já não trata de uma partilha da autoridade pública entre três instâncias formais de poder no qual cada parte vigiaria as outras para se produzir um equilíbrio institucional. Antes, o que está em jogo é a desunião entre dois desejos inconciliáveis, de modo que, segundo Lefort,

a ideia de lei dissocia-se então da ideia de medida; já não resulta necessariamente da intervenção de uma instância razoável. Bem ao contrário, a lei revela-se ligada à desmedida do desejo de liberdade: um desejo por certo que não poderíamos separar dos apetites dos oprimidos, os quais são sempre trabalhados pela inveja, porém não se reduz a isso, pois, em sua essência, é negatividade pura, recusa de opressão, desejo de ser e não desejo de ter (Lefort, 1999, pp. 144-5, grifos nossos).

A lei, a ordenação, já não resulta da intervenção de uma instância razoável, do sábio e prudente legislador, tampouco é erigida com vistas ao equilíbrio e estabilidade da república. A lei se vincula ao conflito, portanto, à desmedida do desejo de liberdade, do desejo do povo de não ser dominado – como Maquiavel salientou ao final do capítulo I, 4 – que impõe um freio aos grandes e não permite que eles submetam a república a seu desejo de dominar.

As razões, então, parecem indicar que o povo é aquele mais confiável para se outorgar a guarda da liberdade, porém, há também as razões dos partidários das ordenações espartana e veneziana, que preferem colocar essa magistratura nas mãos dos grandes. De fato, segundo Maquiavel, os que defendem que estes deveriam ser incumbidos dessa guarda afirmam que, dessa forma, se realizam duas boas ações:

uma é satisfazer mais à ambição deles, que, tendo mais participação na república com tal bastão em mãos, têm mais motivo para contentamento; outra é que negam certo tipo de autoridade aos ânimos inquietos da plebe, razão de infinitas dissensões e tumultos numa república, capazes de causar alguma reação desesperada à nobreza, o que, com o tempo, produzirá maus efeitos (MAQUIAVEL, 2007a, pp. 24-5, grifos nossos).

Assim, os partidários dos grandes afirmam que, se uma grande participação na cidade for assegurada a esses poderosos, eles logo se contentam com essa autoridade, ao contrário da plebe, a qual, investida dessa guarda, desejaria sempre mais autoridade e ocasionaria tumultos e dissensões. Os grandes, portanto, são considerados comedidos, pois eles se satisfazem com maior facilidade, como no caso dos membros da Gerúsia, descrito por Políbio, que, escolhidos pelo critério da justiça, sempre escolhiam bem e faziam pender a balança da cidade para o lado justo. A plebe, em contrapartida, é descrita como inquieta e tumultuária, logo, como perigosa porque, investida da guarda da liberdade, ela buscaria sempre obter outras honras e, para tanto, ocasionaria tumultos que colocariam a cidade em risco.

A investigação de Maquiavel, então, parece chegar a um impasse, pois há razões de ambos os lados e a questão parece insolúvel. Entretanto, o autor assinala que esse problema se refere a uma nova questão, pois, segundo ele, “quem examinar tudo sutilmente chegará a esta conclusão: ou se pensa numa república que queira fazer um *império*, como Roma, ou numa à qual baste *manter-se*. No primeiro caso, é necessário fazer tudo como Roma; no segundo, pode-se imitar Veneza e Esparta” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 25). Logo, a questão a respeito da guarda da liberdade parece se

reduzir à alternativa entre uma república que queira fazer um império ou a uma a qual basta se manter, assunto que será tratado no capítulo seguinte.⁹

Entretanto, no início do capítulo I, 6, Maquiavel introduz uma questão que parece não estar imediatamente relacionada à guarda da liberdade. Com efeito, segundo ele, considerando que as controvérsias entre o povo e o senado “prosseguiram até o tempo dos Gracos, quando causaram a ruína da vida livre, alguém poderia desejar que Roma tivesse chegado à *grandeza* que chegou sem que nela existissem tais *inimizades*” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 27, grifos nossos). Assim, embora o florentino tenha mostrado que os tumultos não eram nocivos, resta sobre eles o peso da ruína da vida livre romana, por isso, muitos questionam se Roma não poderia ter chegado à grandeza a que chegou sem aqueles tumultos. Para discorrer sobre essa questão, Maquiavel decide examinar a ordenação de Veneza e Esparta, as quais tiveram longa vida e permaneceram sem tumultos.

O autor começa sua investigação por Veneza. Segundo ele, nessa cidade, os cidadãos se nomeavam *gentis-homens*, e esse modo

lhes foi ditado mais pelo *acaso* que pela *prudência* de quem lhes deu as leis: porque, uma vez reunidos sobre os escolhos onde agora fica aquela cidade, pelas razões ditas acima¹⁰, seus

⁹ Contudo, embora Maquiavel afirme que a resposta à questão da guarda da liberdade será oferecida apenas no capítulo I, 6, acreditamos que já neste capítulo I, 5 o autor oferece uma resposta ao problema, pois, segundo ele, na maioria das vezes, o humor mais nocivo à cidade, logo, o menos confiável para se outorgar a guarda da liberdade, é aquele dos grandes, que causam tumultos para poder conquistar mais: “No mais das vezes estes [os tumultos] são causados por aqueles que mais possuem, *porque o medo de perder gera neles as mesmas vontades que há nos que desejam conquistar; pois os homens só acham que possuem com segurança o que têm quando acabam de conquistá-lo do outro*” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 26, grifos nossos).

¹⁰ A respeito da fundação de Veneza, no capítulo I, 1, Maquiavel afirma que “os muitos povos que se reuniram em certas ilhotas situadas na ponta do mar Adriático, para fugirem às guerras que todos os dias nasciam na Itália em decorrência da invasão de novos bárbaros depois do declínio do império romano, começaram – sem que nenhum príncipe em particular os ordenasse – a viver sob as leis que lhes pareciam mais aptas a mantê-los. Nisso tiveram êxito, em vista do longo período de paz [*ozio*] que o local lhes deu, pois aquele mar não tinha saída, e os povos que afligiam a Itália não tinham navios

habitantes cresceram tanto em número, que, para viverem juntos, precisavam de leis, e assim, ordenaram uma forma de governo; e, reunindo-se eles amiúde em conselhos, para deliberar sobre a cidade, quando lhes pareceu ser seu número suficiente para constituírem uma *vida política*, vedaram a todos que ali passassem a morar o acesso à participação em seu governo (MAQUIAVEL, 2007a, pp. 27-8, grifos nossos).

Conforme os habitantes que se reuniam naquele território que viria a se tornar Veneza aumentaram em número, eles decidiram ordenar leis para viverem juntos, isto é, para poderem viver em comunidade. Assim, quando a quantidade de cidadãos chegou a certo número, eles decidiram restringir à cidadania apenas àqueles que já residiam na cidade e proibi-la àqueles que passassem a viver ali. Veneza, então, limitou a cidadania e a autoridade apenas a alguns cidadãos, por isso, escreve Maquiavel:

Veneza pôde assim *nascer e manter-se sem tumulto*, porque, quando nasceu, todos os que ali moravam então participaram do governo, de tal modo que ninguém podia *queixar-se*; e os que lá foram morar depois, *encontrando o estado fixado e delimitado*, não tinham razão nem facilidade para criar tumulto. Razão não havia porque não lhes tinha sido retirada coisa alguma; e facilidade não havia porque quem governava os *mantinha refreados* e não os *empregava* em coisas das quais eles pudessem *extrair autoridade* (MAQUIAVEL, 2007a, p. 28, grifos nossos).

Em seu princípio, Veneza outorgou a cidadania a todos os seus habitantes, por isso não havia nenhum dentre eles que poderia se queixar de estar alijado do governo. Depois, quando os cidadãos restringiram a autoridade apenas àqueles que já habitavam na cidade, o estado estava já ordenado, de modo que os futuros habitantes não poderiam se queixar de que algo lhes fora retirado, visto que a cidadania já lhes era proibida. Ademais, para que não pudessem fazer demandas, os gentis-homens não empregavam esses novos habitantes em coisas das quais eles pudessem

com que pudessem atacá-los: de tal modo que, mesmo tendo tido um princípio modesto [*piccolo*], conseguiram chegar à grandeza que hoje têm” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 8).

tomar autoridade, senão eles poderiam fazer reivindicações e criar tumultos. Além disso, Maquiavel também salienta que

os que depois foram morar em Veneza *não eram muitos, nem em número* tão grande que houvesse *desproporção entre quem governa e quem é governado*; porque ou o número de gentis-homens é igual ao deles, ou é superior: de tal modo que, por essa razão, Veneza pôde *ordenar o estado e mantê-lo unido* (MAQUIAVEL, 2007a, p. 28, grifos nossos).

Em Veneza os populares não eram numerosos, pois não havia desproporção entre eles e os gentis-homens, de modo que os populares eram facilmente reprimidos se tentassem criar tumultos. Assim, Veneza se manteve unida, tranquila e sem tumultos porque ela refreava o povo, tanto com relação a sua quantidade quanto à autoridade.

Esparta, por sua vez, como visto, foi ordenada por Licurgo e se manteve por mais de oitocentos anos sem necessidade de se reordenar e sem tumultos. Segundo Maquiavel, isso foi possível porque

havendo em Esparta *poucos habitantes, vedando-se o acesso a quem ali fosse morar* e acatando-se as leis de Licurgo com reverência (cuja observância eliminava todas as razões para tumultos), puderam todos *viver unidos por muito tempo*. Porque Licurgo, com suas leis, criou em Esparta *mais igualdade de bens e menos igualdade de cargos*; pois ali havia *igual pobreza, e os plebeus não eram ambiciosos, pois os cargos da cidade se distribuíam por poucos cidadãos e eram mantidos fora do alcance da plebe*, enquanto os nobres nunca lhe deram, com *maus-tratos, desejo de possuí-los*. Isso porque *os reis espartanos*, sendo instituídos naquele principado em meio àquela nobreza, para conservar-lhe a dignidade, não tinham melhor remédio que *manter a plebe protegida de injúrias*: o que fazia a plebe *não temer e não desejar o poder [imperio]*; e, como a plebe não temesse nem desejasse o poder, *estava eliminada a disputa que ela pudesse ter com a nobreza, logo, a razão para tumultos* (MAQUIAVEL, 2007a, pp. 28-9, grifos da edição e nossos).

Em Esparta a entrada de forasteiros era proibida, portanto, a plebe não aumentava em número. Além disso, como em Veneza, ela não tinha autoridade porque havia poucos cargos na cidade e estes eram proibidos a ela. Todavia, essa desigualdade política não ocasionava tumultos porque havia uma grande igualdade material na cidade, e por isso, a plebe não criava tumultos para obter bens. Ademais, os populares não criavam tumultos contra a nobreza porque os reis espartanos os protegiam das injúrias dos nobres. Esparta, então, atingiu equilíbrio e união porque eliminou as razões que o povo teria para ocasionar tumultos, a saber, para se opor à dominação dos grandes reivindicando bens ou autoridade. Maquiavel, porém, adverte que essa situação em Esparta foi causada por duas razões:

uma foi serem *poucos* os habitantes de Esparta, e assim *poderem ser governados por poucos*; outra foi que, não aceitando *forasteiros* em sua república, não tiveram eles ocasião para corromper-se nem para crescer tanto que ela se tornasse *insuportável aos poucos que a governavam* (MAQUIAVEL, 2007a, p. 29, grifos nossos).

Esparta tinha poucos habitantes e não permitia a entrada de forasteiros, por isso, como em Veneza, nela não havia desproporção entre governantes e governados, ou seja, não havia um grande número de populares. Logo, assim como Veneza, Esparta atingiu um equilíbrio e inibiu tumultos porque refreava o povo com relação ao número e à autoridade.

Assim, todas as cidades são fraturadas pelo conflito, porém há diferentes maneiras de ordenar essa desordem, ou, antes, há diferentes maneiras pelas quais a desordem as ordena, pois Veneza e Esparta paralisaram o conflito e atingiram uma união e equilíbrio. Desse modo, as ordenações dessas cidades parecem restituir à investigação de Maquiavel o equilíbrio institucional, não mais sob a figura do regime misto, uma vez que não há uma partilha de autoridade entre três partes da cidade, mas sob o cerceamento do povo, pois Veneza e Esparta mostram que é possível

ordenar o conflito de modo a promover um equilíbrio institucional que elimine os tumultos.

Com efeito, essas cidades se contrapõem ao exemplo de Roma, que tomou o caminho inverso. Segundo Maquiavel, se os legisladores de Roma quisessem que ela fosse unida como Veneza e Esparta, deveriam ter feito uma de duas coisas: “ou não empregar a plebe na guerra, como os venezianos, ou não abrir caminho para os forasteiros, como os espartanos. *Mas fizeram ambas as coisas, o que deu à plebe força, número e infinitas ocasiões para criar tumultos*” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 29, grifos nossos). Roma permitiu a entrada de estrangeiros e empregou a plebe na guerra, ou seja, deu a ela número, força e autoridade. Assim, quando a nobreza começou a oprimir os plebeus, eles puderam se sublevar e criar diversos tumultos para reivindicar novas leis e ordenações, além de riquezas, para se opor aos grandes. Entretanto, as mesmas razões desses tumultos também ocasionaram outros efeitos a Roma, pois, segundo Maquiavel,

se o estado romano se tornasse mais tranquilo, decorreria o inconveniente de tornar-se também mais fraco, porque assim lhe era barrado o caminho para chegar à grandeza a que chegou: de tal modo que, se Roma quisesse eliminar as razões dos tumultos, eliminaria também as razões de ampliar-se (MAQUIAVEL, 2007a, p. 29, grifos nossos).

O exército romano era composto pela plebe, logo, era um exército grande e numeroso para empreender as guerras que levaram Roma à grandeza, ou seja, às coisas importantes que Maquiavel assinalara ao final do capítulo I, 4. Logo, a plebe grande e numerosa era elemento de potência para a República Romana, não apenas internamente ao ocasionar tumultos, mas também ao garantir a expansão militar da cidade, de modo que a mesma razão dos tumultos era também razão da grandeza de Roma. Nesse sentido, a ordenação romana e as ordenações espartana e veneziana são incompatíveis, pois, escreve Maquiavel:

se queres criar um povo numeroso e armado para poderes criar um grande império, acabarás por fazê-lo de tal maneira que não

poderás depois manejá-lo a teu modo; e, se o manténs pequeno ou desarmado para poderes manejá-lo, se conquistares domínios, não os poderá conservar, ou eles se tornarão tão fracos que serás presa fácil de quem te atacar (MAQUIAVEL, 2007a, p. 30, grifos nossos).

O povo, portanto, é elemento de potência e indeterminação, pois, por seu desejo e seu grande número, ele se insurge contra os grandes, que querem dominá-lo, oprimi-lo, e ocasiona tumultos na cidade, mas ele também permite à cidade se expandir e conquistar um império. Logo, a ordenação de Roma, é incompatível com as ordenações de Veneza e Esparta, pois elas possuem princípios diferentes que produzem efeitos diversos, visto que o povo numeroso, armado e com autoridade permite a expansão e ocasiona tumultos, ao passo que um povo reduzido, desarmado e sem autoridade não promove tumultos, mas também não assegura a conquista de um império.

Assim, a questão da ordenação das repúblicas se vincula àquela da guarda da liberdade e àquela das repúblicas que se ampliam e das que se mantêm porque, a depender de a quem é outorgada a guarda da liberdade, a cidade se ordena de um modo e produz determinados efeitos. Caso os grandes sejam investidos dessa autoridade, a república se mantém por um longo período sem tumultos ou acontecimentos, ao passo que, se essa autoridade pertencer ao povo, a república poderá se expandir e conquistar outras cidades, porém às custas de diversos tumultos internos. Nesses termos, a questão da guarda da liberdade parece se resumir a uma escolha do sujeito político, a uma opção entre duas alternativas, entre dois modelos que possuem, ambos, benefícios e inconvenientes, um não sendo superior ao outro.

Caso o ordenador prefira o modelo expansionista, é forçoso dar autoridade à plebe e aumentar seu número para que as conquistas da república possam ser sustentadas por ela. No entanto, caso se opte pela república que apenas se mantém, Maquiavel assinala que

seria necessário ordená-la internamente como Esparta ou como Veneza, situá-la em lugar fortificado, e com tal poder que ninguém se acreditasse capaz de subjugá-la em pouco tempo; por outro lado, não

deveria ser tão grande que difundisse terror nos vizinhos, e assim poderia gozar por longo tempo de seu estado (MAQUIAVEL, 2007a, p. 31, grifos nossos).

Para se ordenar uma república que apenas se mantenha, é necessário ordená-la internamente como Esparta ou Veneza, isto é, refrear a plebe, não lhe dar autoridade e impedir o seu aumento. Ademais, a república deve se situar em um lugar fortificado de difícil expugnação para inibir tentativas de conquistá-la, mas ela não pode ser grande a ponto de causar temor em seus vizinhos, pois isso poderia precipitar um ataque de alguma cidade para se proteger contra ela. Ordenada de tal forma e situada nesse local fortificado, a república poderia se manter, pois, diz Maquiavel: “sem dúvida, acredito que se for possível *manter as coisas equilibradas* desse modo, *ter-se-á verdadeira vida política e verdadeira paz* numa cidade” (MAQUIAVEL, 2007a, pp. 31-2, grifos nossos). Restrita a seus limites, ordenada de modo a refrear a plebe, proibida de ampliar-se, forte o bastante para se defender, mas não a tal ponto de causar temor em seus vizinhos, a república atinge um equilíbrio interno e externo que a permite viver politicamente por um longo período. Logo, o modelo dos grandes parece superior ao popular, visto que ele alcança um equilíbrio estável e consegue se manter ao longo do tempo sem tumultos ou acontecimentos que poderiam colocar a cidade em risco.

Esse equilíbrio, porém, é uma ilusão. Com efeito, logo após prescrever as regras desse modelo de república e dizer que as coisas poderiam permanecer equilibradas, diz Maquiavel:

*mas, como todas as coisas humanas estão em movimento e não podem ficar paradas, é preciso que estejam subindo ou descendo*¹¹; e a muitas coisas a que a razão não nos induz somos induzidos pela

¹¹ No proêmio ao segundo livro dos *Discursos*, um pouco antes de descrever a ascensão e a corrupção de diversos estados, Maquiavel reafirma o movimento das coisas humanas: “como estão sempre em movimento, as coisas humanas ora sobem, ora descem” (MAQUIAVEL, 2007a, p. 178). Também na *História de Florença* Maquiavel reafirma esse movimento das coisas humanas em sua ascensão ou corrupção: “As províncias, na maioria das mudanças que sofrem costumam sair da ordem e entrar na desordem, para depois passarem de novo da desordem à ordem; porque, não permitindo a natureza que as coisas humanas tenham parada [...]” (MAQUIAVEL, 2007b, p. 281).

necessidade: de tal maneira que, depois de ordenarmos uma república capaz de manter-se sem ampliar-se, se a necessidade a levasse a ampliar-se, seríamos levados a destruir os seus fundamentos e a levá-la mais cedo à ruína. Assim, por outro lado, sempre que o Céu lhe fosse tão benévolo que não lhe cumprisse guerrear, o ócio a tornaria efeminada¹² ou dividida; coisas que, juntas ou cada uma por si, seriam razão de sua ruína (MAQUIAVEL, 2007a, p. 32, grifos nossos).

As coisas humanas estão em movimento, elas não podem ficar paradas, estão subindo ou descendo, ou seja, elas se engrandecem ou se arruinam. As coisas humanas, portanto, não estão apenas sujeitas aos acontecimentos, elas são acontecimentos, como mostra Roma, cuja ordenação se construiu ao longo do tempo graças aos acidentes os quais, portanto, se tornaram parte integrante dessa ordenação. Nesse sentido, as cidades estão inseridas no fluxo das coisas do mundo, e pretender que elas permaneçam em um estado estático é condená-las à ruína. O equilíbrio, portanto, é uma ilusão porque aquilo que o ordenador não prevê por si, por sua razão, apresenta-se como necessidade por meio de um acidente, e, se a cidade é levada a fazer algo que não estava em seu fundamento, ela se volta contra seu princípio e se arruína.

Foi o que ocorreu a Esparta e Veneza, as quais se arruinaram quando a necessidade se apresentou e elas conquistaram domínios. De fato, segundo Maquiavel, Esparta

depois de submeter quase toda a Grécia, mostrou num mínimo acontecimento como era fraco o seu fundamento; porque, em seguida à rebelião de Tebas, provocada por Pelópidas, veio a rebelião das outras cidades, que arruinou de todo aquela república. Veneza, de modo semelhante, depois de ter ocupado grande parte da Itália – e a maior parte não com guerra, mas com dinheiro e astúcia –, quando precisou dar prova de suas forças, perdeu tudo numa batalha (MAQUIAVEL, 2007a, pp. 30-1, grifos nossos).

¹² Maquiavel utiliza o termo “efeminada” de forma pejorativa como sinônimo de “fraca” recorrentemente em sua obra. Além deste termo, o florentino se refere às mulheres de forma extremamente pejorativa em sua obra. A respeito de interpretações que colocam refletam sobre essa misoginia e machismo de Maquiavel, cf. FALCO (2004).

Esparta perdeu tudo em um mínimo acontecimento, pois ela não possuía um exército grande e numeroso para manter as cidades que havia conquistado sob seu jugo. Veneza, por sua vez, realizou suas conquistas sem a força, e quando precisou usá-la, não possuía potência para assegurar aquilo que conquistara por fortuna. Assim, o fundamento da ordenação que outorga a guarda da liberdade aos grandes é fraco, pois ele se mantém estático diante do movimento das coisas do mundo, isto é, ele não se transforma e não transforma a cidade. De fato, as regras que Maquiavel prescreve a uma cidade que deveria ser ordenada apenas para manter-se descreve uma cidade isolada, imóvel, ensimesmada.

Roma, em contrapartida, foi uma cidade que se transformou ao longo do tempo porque se fundou no povo. Ao permitir a entrada de forasteiros, armar a plebe e empregá-la na guerra, ela garantiu aos populares número, força e autoridade, e, dessa forma, permitiu que seu desejo se expressasse livremente na cidade por meios ordinários e extraordinários. Essa expressão fez com que Roma se abrisse à diferenciação, à transformação, ao devir, à reordenação, tanto pelo exterior, por meio das conquistas e da entrada de novos habitantes que compunham a plebe, logo, por meio de uma cidadania alargada, quanto pelo interior, por meio dos tumultos pelos quais o povo se opunha aos grandes. Assim, Roma se transformou ao longo do tempo porque diante da necessidade, dos acontecimentos, da opressão dos grandes, o desejo do povo de não ser dominado exprimia uma negatividade, uma indeterminação, que não se limitava às situações de fato, às determinações positivas, pois, enquanto desejo ser, ele abria a cidade à invenção, à diferenciação, de múltiplas formas de ser, o que fazia Roma se mover em meio ao movimento das coisas do mundo.

Nesse sentido, diante desse movimento das coisas do mundo, não há opção entre dois modelos, entre duas alternativas igualmente possíveis de se ordenar uma cidade, pois, se uma necessidade que não está prevista na constituição da cidade se apresentar e ela não agir diante desse acontecimento, ela se arruinará. Nesses termos, a escolha entre dois modelos igualmente possíveis se desfaz, pois a expansão e a manutenção não são alternativas disjuntivas, mas dinâmicas recíprocas, visto que, para

se manter, é necessário um exército forte e poderoso, bem como o desejo do povo para transformar a república diante da variação dos tempos. Logo, não há escolha entre expansão e manutenção, e nem mesmo escolha em sentido estrito, porque a ação política não é uma opção de um agente isolado entre alternativas igualmente possíveis, mas o engajamento na ação e nos acontecimentos. Assim, conclui Maquiavel:

creio ser necessário seguir a ordenação romana, e não a de outras repúblicas; porque não acredito ser possível encontrar *um meio-termo entre uma e outra*, e *as inimizades* que surgissem entre o povo e o senado deveriam ser toleradas e consideradas *um inconveniente necessário* para se chegar à *grandeza* romana (MAQUIAVEL, 2007a, p. 23, grifos nossos).

É necessário seguir a ordenação romana porque ela se transforma, porque, diante dos acontecimentos, ela inventa soluções, e não há meio termo porque os modelos de ordenação ocasionam efeitos diversos. Maquiavel, então, conclui que os tumultos são um *inconveniente necessário* porque, talvez, eles não sejam inconvenientes, visto que seus efeitos são benéficos e não se separam de sua causa.

Conclusão

Em seus *Discursos*, Maquiavel elabora seu próprio discurso no confronto com outros autores clássicos, contemporâneos, e também com a experiência de seu tempo. Aqui, buscamos retratar como ele retoma e se afasta da herança polibiana no que diz respeito a noções do historiador romano como o ciclo de regimes, o regime misto e o equilíbrio institucional da cidade. Esse distanciamento, porém, não é uma simples rejeição, mas o diálogo com uma referência para a construção de um pensamento próprio.

Com efeito, para Maquiavel, as coisas humanas estão em movimento, em constante transformação, por isso, embora haja sedimentações e permanências, pretender paralisar a cidade diante dos

acontecimentos é condená-la à ruína, pois os acidentes são parte integrante das coisas humanas e, portanto, não é possível se furtar a eles. Antes, enquanto coisa humana, a cidade é acontecimento, é um fluxo dinâmico de acontecimentos que se exprimem de diversos modos, ordinários e extraordinários, como mostra o conflito, a desordem que ordena a cidade, e que nenhuma ordenação pode conformar ou extirpar.

Nesse sentido, Maquiavel erige Roma como modelo porque ela se abriu ao movimento em vez de se imobilizar. Ao outorgar autoridade ao povo, Roma se abriu ao conflito que fratura toda cidade e a própria experiência dos sujeitos. Mas não apenas isso, ela também se abriu à indeterminação e à negatividade do desejo popular, do *não* que abre à multiplicidade, à diversidade, ao movimento, ao devir¹³, que reordena a cidade e a insere no movimento das coisas do mundo.

Assim, ao retomar Políbio, Maquiavel se distancia dele, mas não por uma simples recusa de seu pensamento, mas sim pela elaboração dele, que permite a Maquiavel construir sua própria obra. Afinal, a transformação, o movimento das coisas do mundo não se efetua no vazio, mas pressupõe o contato com outros, logo, os acidentes.

Referências

FALCO, MARIA J. (ed). **Feminist interpretations of Niccolò Machiavelli**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2004.

LEFORT, CLAUDE. **O trabalho da obra Maquiavel**. São Paulo: Todavia; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

----- . Maquiavel e a *verità effettuale*. **Desafios da escrita política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

¹³ Além da reordenação de Roma que Maquiavel examina no capítulo I, 2, outro exemplo de invenção de Roma diante da necessidade e segundo os acontecimentos foi a criação da ditadura, inventada para responder à guerra que outros povos travaram contra Roma, como o florentino discorre no capítulo I, 33. Cf. MAQUIAVEL, 2007a, pp. 33-ss.

MAQUIAVEL, NICOLAU. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

----- **História de Florença**. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.

POLYBE. **Histoires**. Paris: Les Belles Lettres, 1977.